



RELATÓRIO
ATIVIDADES
2024



1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Breve Histórico IDP	3
1.2 Mapa Histórico Atuação	5
1.3 Eixos Atuação	
Direito à Cidade	5
Direito e Saúde de Trabalhadores	5
1.4 Organograma Atuação IDP	6
2 ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR	7
2.1 Comunidades CIC- Cidade Industrial de Curitiba	8
2.1.1 Nova Primavera	8
2.1.2 Tiradentes	10
2.1.3 Dona Cida	11
2.2 São Domingos	12
2.3 Chacrinha - Vila Esperança	13
2.4 Elza Soares	15
2.5 Rio Negro	16
2.6 Litigância estratégica	17
2.6.1 Ação Civil Pública Essencis	18
2.7 Incidências no Legislativo	19
3 PROJETOS	20
3.1 CIDADANIA & TERRITÓRIO	21
3.1.1 CIC - Parquinho	24
3.1.2 CHACRINHA - Sede Associação	27
3.2.3 CHACRINHA - COMUCHA	28
3.1.4 FORMAÇÃO E CULTURA DE RESISTÊNCIA	29
Grupo de Leitura: Pedagogia da Autonomia	29
Rede Mandala	29
Rede Padarias Comunitárias	30
Participação Popular e Economia Solidária	30
3.2 NOSSA BICI	31

4 FÓRUNS E ARTICULAÇÕES	36
4.1 Campanha Despejo Zero	38
4.2 Articulação Mobilidade Popular	39
4.3 Rede Nacional de Advogados Populares (Renap)	40
5 CAMPANHAS & AÇÕES	41
5.1 Apoio à Frente de Ambulantes Livres	42
5.2 Jornada Latinoamericana e Caribenha de Integração dos Povos	42
5.3 Março: Mês de Luta Pelo Direito das Mulheres	43
5.3.1 Pedala Marinas e Julietas	43
5.3.2 Oficina de Defesa Pessoal	44
5.3.3 Transformar a Política e Mudar a Cidade Com Elas	44
5.4 Ministério Público: Democracia e Sociedade Em Perspectiva Crítica	45
5.5 Lançamento Cartilha Ocupe as Ruas	45
5.6 Debate Sobre Políticas Habitacionais e Regularização Fundiária	46
5.7 Carta De Contribuições para a Política Socioambiental de Curitiba	46
5.8 Oficina Soluções Baseadas na Natureza com Comunidades	47
5.9 Seu Vizinho pode ser um Aterro Sanitário	48
5.9.1 Roda de Conversa - Alteração da Resolução CEMA 94-2014	49
5.10 CineClube - Colônia Cecília: Um Sonho Anarquista	50
5.11 Visita Técnica JICA Japão	50
5.12 Contrapartida Social de Projetos Culturais	51
6 APOIADORES	52

1 INTRO DUÇÃO

O Instituto Democracia Popular (IDP) foi fundado no final de 2013, pelo escritório trabalhista Filippetto Advogados, em Curitiba, motivado pelo engajamento na luta dos moradores do Ribeirão dos Padilhas contra a realocação coletiva e a regularização fundiária.

O Ribeirão dos Padilhas é mais um dos tantos casos de comunidades cujas vilas (e mesmos bairros inteiros) foram construídas de maneira informal, dadas às dificuldades de acesso à terra urbanizada no mercado imobiliário formal de Curitiba. No caso, em 2012 houve a tentativa de implantação de um grande projeto pelo Município na área, que culminaria com a remoção de grande parte dos moradores da área. Com a resistência da comunidade, para qual o escritório colaborou intensamente, deu-se o encontro do trabalhismo com as pautas urbanas e a fundação do Instituto Democracia Popular se deu no sentido de criar uma organização que pudesse colaborar nesses casos, desde o ponto de vista da assessoria jurídica popular.

O ponto de convergência dos dois eixos – trabalho e acesso à cidade – é a defesa de uma democracia participativa e popular. Terra, trabalho e democracia fundaram a identidade e o escopo de atuação do Instituto.

O ano de 2024 teve início com uma série de reflexões e desdobramentos do intensivo de atividades e debates promovidos em novembro de 2023, mês em que comemoramos os 10 anos do Instituto Democracia Popular (IDP). A seguir compartilhamos as principais ações e projetos desenvolvidos durante o ano de 2024, consonantes com a permanente defesa do direito à cidade e à saúde dos trabalhadores.

MAPA HISTÓRICO ATUAÇÃO





EIXOS DE ATUAÇÃO

Direito à Cidade

Por meio do “Direito à Cidade”, o Instituto contribui para a produção de conhecimento pautada no conceito de uma cidade sustentável e igualitária, com a articulação dos setores populares e da sociedade civil em defesa de direitos relacionados ao território urbano.

A perspectiva adotada pelo IDP é da reforma urbana, que depende do enfrentamento aos interesses da especulação imobiliária e da privatização dos serviços urbanos, o que somente é possível com a ampliação de práticas democráticas. Para tanto, são essenciais a qualificação e a articulação entre os setores populares.

Direito e Saúde de Trabalhadores

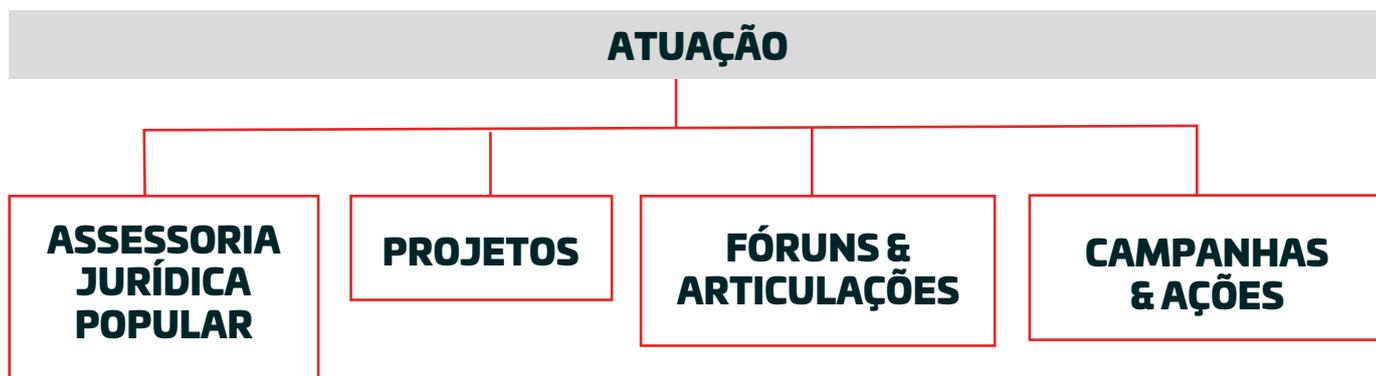
O eixo “Direito e Saúde de Trabalhadores”, por sua vez, tem por objetivo fortalecer a classe trabalhadora através da defesa de seus direitos sociais com uma perspectiva coletiva. Nesse sentido, o Instituto propõe a produção de pesquisa e formação, tanto para trabalhadores, com o escopo de que estes se apropriem de seus direitos, como para outros setores da sociedade (Justiça do Trabalho, Sindicatos, Universidades, Organizações Sociais etc) interessados em contribuir para o avanço da discussão.

Os dois eixos articulam-se a partir da ideia transversal da democracia popular, fundada sobre a igualdade. Dessa forma, o IDP pretende contribuir para requalificação de nossa democracia e para formação, assessoramento e autonomia de trabalhadores, norteando-se sempre pelos princípios do protagonismo popular, da justiça social e do respeito aos direitos humanos.

Organograma Estatutário



Organograma Atuação



2

ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR

A assessoria jurídica popular é a espinha dorsal do instituto desde a sua fundação. Tem como objetivo promover a defesa jurídica e processual das comunidades acompanhadas, seja na defesa em ações possessórias coletivas ou nas demandas por regularização fundiária. É realizada sempre em conjunto com movimentos sociais, lideranças comunitárias ou associações de moradores e busca colaborar com a organização política e a luta coletiva dos moradores por melhores condições de vida.

2.1

CIC

*Cidade Industrial
de Curitiba*

O complexo formado pelas comunidades **Nova Primavera, Tiradentes, Dona Cida e 29 de março** localizadas na Cidade Industrial de Curitiba consiste em um importante núcleo de ocupações urbanas que reúne mais de cinco mil moradores. Organizadas pelo Movimento Popular de Moradia e por associações de moradores locais, essas comunidades reivindicam alternativas habitacionais para a população de baixa renda e denunciam a ausência de políticas públicas populares na cidade de Curitiba. **Desde a sua fundação o IDP mantém relações com as áreas, realizando a defesa processual nas ações de reintegrações de posse das comunidades e colaborando com a luta por políticas públicas dessas comunidades.**

2.1.1 NOVA PRIMAVERA

A Ocupação Nova Primavera foi fundada em 2012 e é a primeira ocupação dentre as quatro comunidades, contando com cerca de 460 famílias. Está localizada em imóvel situado à Estrada Velha do Barigui, de propriedade da empresa Damiani, que atua no ramo da construção civil e ajuizou ação de reintegração de posse desde os primórdios da ocupação da área.

Na época foi concedida a medida liminar para desocupação, mas a medida nunca foi cumprida em decorrência de negociações sobre a área para implantação de empreendimento habitacional de interesse social no local. De fato, ao longo dos anos de 2012 a 2015, houve muitos avanços e a expectativa concreta de viabilização de um empreendimento na área, via Programa Federal Minha Casa Minha Vida Entidades, que atenderia tanto a comunidade, como os interesses dos proprietários.

No entanto, em 2016, com a extinção do programa a expectativa da comunidade se deslocou para a regularização fundiária, passando a se reestruturar no território, abrindo ruas, demarcando lotes e realizando a infraestrutura necessária para a permanência na área de forma mais digna. Em 2019 foi revogada a liminar de reintegração de posse, considerando a grande alteração da situação fática e a legítima expectativa dos moradores em permanecer na área.

Dessa forma, os debates no bojo do processo judicial passaram a ser direcionados para possível indenização da empresa proprietária, não subsistindo a pretensão de reintegração de posse. Em 2022 o processo foi remetido para atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TJPR, que realizou uma visita técnica na área seguida de audiências de mediação via CEJUSC fundiária.



NOVA PRIMAVERA - CIC

Foram realizadas cinco audiências ao longo de 2023, sendo possível, ao final, firmar acordo para conversão do rito processual de ação possessória para um rito que contemple a solução por meio da desapropriação indireta da área.

O caso da Nova Primavera consiste em uma das primeiras vitórias obtidas nos casos acompanhados pelo IDP realizado de forma negociada via Comissão de Soluções Fundiárias do TJPR, instância inédita para tratamento das questões possessórias coletivas no Estado.

Atualmente, a ação de reintegração de posse foi convertida para perdas e danos através da desapropriação indireta com condenação da Prefeitura Municipal de Curitiba, considerando se tratar de área de interesse social que foi objetivo de diversas benfeitorias realizadas pelo poder público

Infelizmente, no transcorrer do ano de 2024, a comunidade passou a enfrentar novo processo de reintegração de posse. O processo foi ajuizado em 2018 a partir da base dominial de matrículas diferentes do processo já convertido em perdas e danos. Esse processo também foi encaminhado para a Comissão de Soluções Fundiárias do TJ/PR e está passando por sua intermediação no momento.



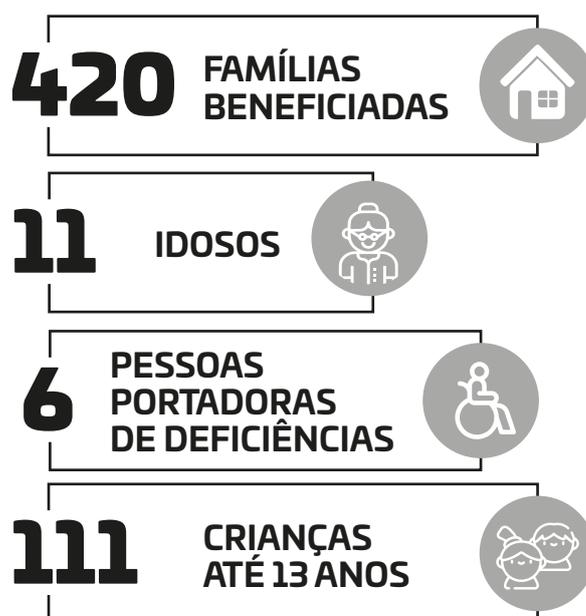


2.1.2 TIRADENTES

A comunidade Tiradentes está localizada na Rua dos Palmenses, iniciada em 2015 e reúne cerca de 420 famílias atualmente. A área é de propriedade da massa falida da empresa Stripes, à época da ocupação o terreno foi sublocado pela empresa Solvi Essencis S.A., administradora do aterro sanitário localizado no terreno ao lado da Tiradentes. Em razão dessa situação, a área foi reivindicada por meio de dois processos judiciais diferentes em que houve deferimento de decisões liminares de reintegração, mas que os mandados nunca foram cumpridos. Dessa forma, a comunidade caminhou para sua consolidação, com reordenamento territorial, adequação das vias e delimitação dos lotes de moradores, visando a regularização fundiária e permanência na área.

Em 2022 o caso também foi remetido para a Comissão de Soluções Fundiárias do TJ-PR, com realização de visita técnica seguida por audiências de conciliação no CEJUSC Fundiário. A proprietária do imóvel, Massa Falida Stipes Empreendimentos, em 01 de junho de 2022, formalizou proposta de doação da porção do imóvel ocupado pela comunidade para fins de regularização fundiária, a fim de encerrar a lide e o processo falimentar. A doação do imóvel foi autorizada pelo juízo falimentar em dezembro de 2022, tendo sido acordado prazo de três anos para o pagamento do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD), que será doada para a associação de moradores do local.

Com a realização do acordo, o processo de reintegração de posse transitou em julgado e foi devidamente encerrado no final de 2024. **O caso consiste hoje em uma experiência interessante a ser observada e de ter feito parte de sua construção, não apenas por apresentar uma resolução negociada do conflito possessório via TJ-PR, mas por inserir a discussão sobre as possibilidades de propriedade coletiva.**



2.1.3 DONA CIDA

A comunidade Dona Cida, conformou-se em setembro de 2016 sobre área situada à Estrada Velha do Barigui, sobre dois terrenos lindeiros de propriedade privada, o que deu origem a três ações que tramitam em conexão. As liminares inicialmente deferidas nesses processos foram revogadas por decisão do Tribunal de Justiça do Paraná. Com o decorrer dos anos e a situação de consolidação, os proprietários solicitaram a conversão da ação possessória em ação indenizatória (desapropriação indireta), considerando a legítima expectativa de todos os envolvidos na lide em solucionar o conflito com a manutenção das famílias na área e as ações positivas do poder público que garantiram a permanência da comunidade na área.

O juízo deferiu a conversão, determinando o ingresso da Prefeitura de Curitiba no polo passivo da lide, o que foi confirmado pelo Tribunal após recurso da Procuradora. Atualmente, a ação indenizatória passa por realização de perícia a fim de auferir o valor monetário da área.

Tal qual nos outros casos, não subsiste pretensão de reintegração de posse. O diferencial no presente processo consiste no fato de que os próprios autores compreenderam a inviabilidade de efetuar a reintegração de posse diante da consolidação da área. **Assim, a defesa jurídica dos proprietários e dos moradores adotaram estratégias condizentes, considerando que o poder público deve ser o principal responsável em solucionar a questão, por tratar-se de interesse social.**



450

**FAMÍLIAS
BENEFICIADAS**



18

IDOSOS



10

**PESSOAS
PORTADORAS
DE DEFICIÊNCIAS**



230

**CRIANÇAS
ATÉ 12 ANOS**



**DIVERSOS IMIGRANTES
EM ESPECIAL DO HAITI**

2.2

SÃO DOMINGOS

CAJURU



A atuação do IDP na Vila São Domingos existe antes mesmo da fundação formal do Instituto, prestando assessoria jurídica para a comunidade diante das ofensivas realizadas pela Prefeitura Municipal para remoção das famílias por meio de verbas dos programas federais como Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O acompanhamento da Vila foi impulsionado pelo movimento Aliança pela Legalização das Moradias, que em 2015 reuniu diversas associações de moradores. Diante da impossibilidade de regularização fundiária coletiva da comunidade pela inexistência de projetos nesse sentido no âmbito municipal, a assessoria jurídica do instituto adotou a estratégia judicial com ajuizamento de ações de usucapião na área.

56

**AÇÕES DE
USUCAPIÃO
AJUIZADAS**



8

**MATRÍCULAS
REGISTRADAS**

2.3

CHA

CRI

NHA

VILA

ESPERANÇA

ALTO

BOQUEIRÃO

Localizada no bairro Alto Boqueirão em Curitiba, a comunidade é composta por 65 famílias e 49 crianças. A comunidade conformou-se sobre imóvel particular, sendo que parte dos moradores adquiriram a área informalmente de Cecília e Wenuto Milhoreto, que por sua vez a adquiriram por meio do processo de usucapião nº 27/1998. Seus moradores têm sofrido com notificações para remoção da área com base em justificativas ambientais. O caso encontra-se judicializado através do autos de nº8800-96.2014.8.16.0004, sem que se discuta a possibilidade de regularização fundiária da área. O Instituto solicitou a habilitação nos autos a fim de acompanhar a perícia a ser realizada para análise dos aspectos socioambientais do local.

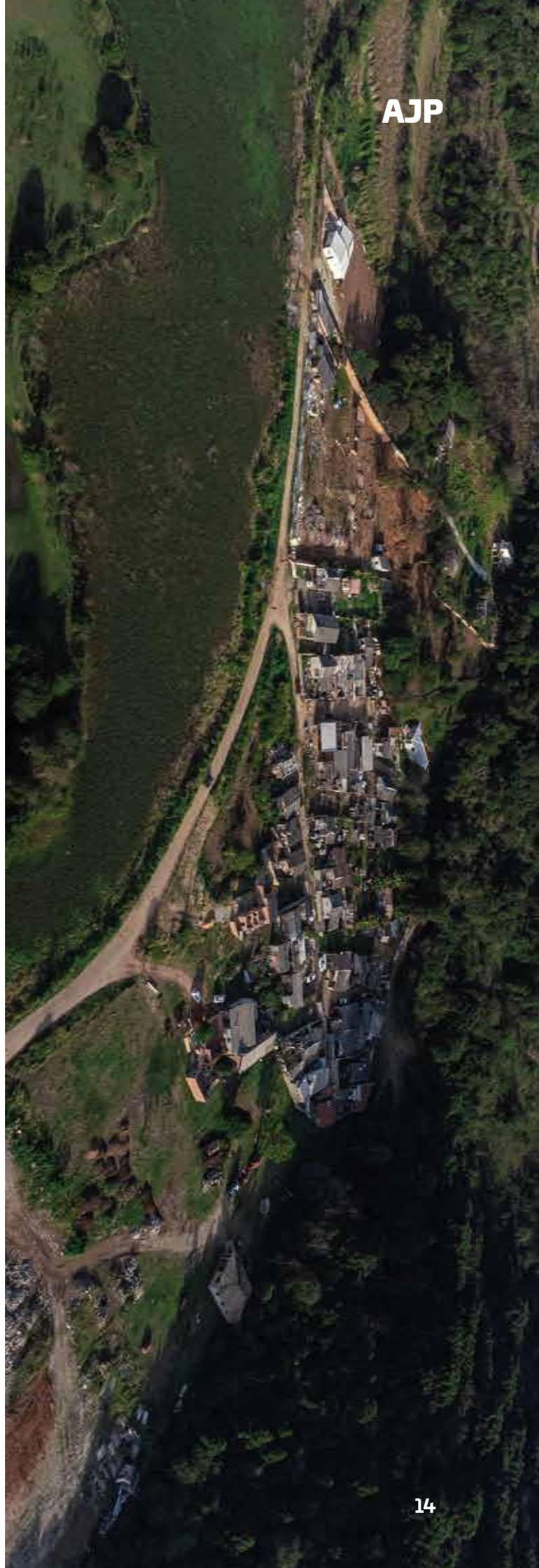
Apesar de tratar-se de área de ocupação antiga, ainda que com processo de adensamento populacional mais recente (a partir de 2009), a comunidade não conta com qualquer tipo de infraestrutura, como pavimentação e conta com acesso a água e luz precários, não sendo atendida pela rede de saneamento. As casas não contam com numeração predial oficial e não há acesso à correspondência.

O acesso principal da comunidade passa por outra área de ocupação informal, a Vila Pantanal, sendo dois núcleos distintos de ocupação. Para chegar a comunidade é necessário percorrer aproximadamente 1.2 quilômetros por caminho não pavimentado, sem iluminação e sem trânsito de pessoas, razão pela qual muitas crianças eventualmente deixam de ir à escola por dificuldades ocasionadas pela chuva, ou mesmo por receio dos pais, pelo fato de tratar-se de caminho perigoso.

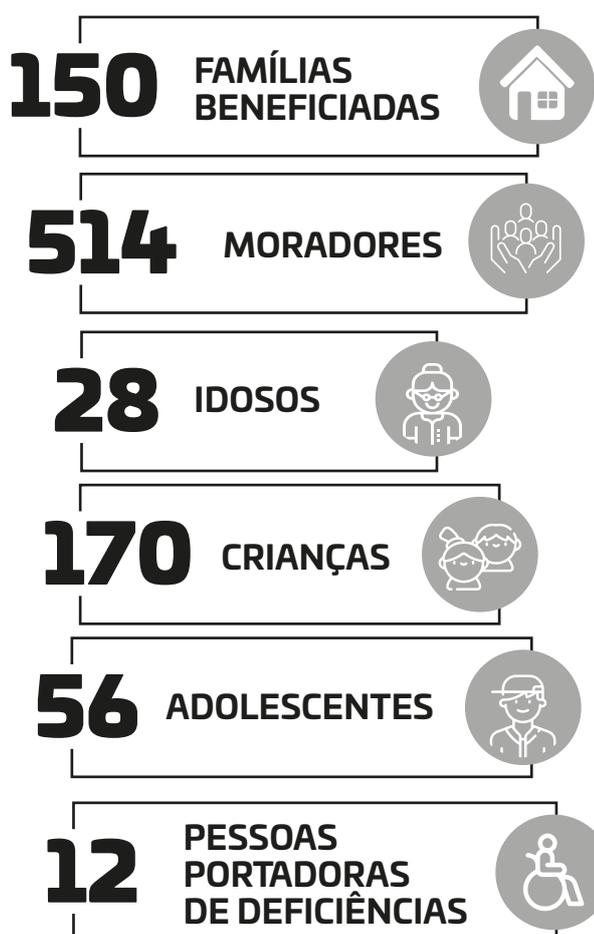
Dessa forma, dentre as demandas identificadas, o Instituto passou a encaminhar as questões de mais fácil

resolução em conjunto com a Promotoria das Comunidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), como a reivindicação de uma caixa postal para a comunidade e transporte escolar. Para subsidiar as reivindicações foi realizado cadastramento da comunidade, onde foi possível identificar o número de moradores, e em especial de alunos da rede pública da região. Os dados obtidos foram encaminhados para o MPPR, e se aguarda retorno acerca das demandas apresentadas.

Outra demanda da comunidade consistia na formalização de associação de moradores para representação e reivindicação de melhorias perante o Poder Público. Após um longo caminho de burocracias e problemas com cartórios registradores, no ano de 2023 o Instituto logrou finalizar a formalização da Associação de Moradores Chacrinha - Vila Esperança, sendo uma das primeiras conquistas da atuação na área. **Ao longo de 2024 manteve-se atuando na defesa da permanência da comunidade na área e em especial, na luta pela qualificação do fornecimento de serviços básicos para a área**

65**FAMÍLIAS
BENEFICIADAS****49****CRIANÇAS**

2.4

ELZA
SOARES

A comunidade Elza Soares surgiu pela ocupação de conjunto habitacional abandonado, construído no bojo do Programa Minha Casa Minha Vida. A demanda da comunidade chegou ao IDP por meio do MST, que colabora para a organização comunitária dos moradores.

O Conjunto Habitacional Palmas XI foi iniciado em 2013 e previa a construção de 126 casas que seriam concluídas em 2014, no entanto, por problemas com a construtora licitada, o empreendimento permaneceu abandonado até o ano de 2017, quando foi ocupado por famílias de baixa renda e sem alternativa habitacional.

O Fundo De Arrendamento Residencial - FAR representado pelo Banco do Brasil ajuizou ação de reintegração de posse contra as famílias quatro meses após a ocupação do conjunto em questão, em processo que permaneceu inerte até o ano de 2022, quando o Instituto passou a atuar na defesa jurídica. O caso foi remetido para a Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Paraná, tendo sido realizadas audiências de conciliação através do CEJUSC. As audiências não resultaram em nenhum acordo devido a ausência do FAR que não compareceu em nenhuma mediação para representar o posicionamento do Governo Federal em relação aos empreendimentos não concluídos e ocupados, como o caso de Palmas. Considerando a mudança do Poder Executivo no ano de 2023 aguarda-se diretriz que permita a permanência das famílias no território que ocupam há sete anos. **A perspectiva é que seja construída uma solução mediada no judiciário, com a permanência das famílias no local.**

2.5

RIO NEGRO

ARAUCÁRIA



A partir de parceria existente com o Movimento Popular por Moradia, o Instituto entrou em contato com os moradores da comunidade Rio Negro, localizada na cidade de Araucária no Paraná. A comunidade enfrenta um processo de reintegração de posse desde 2009, já tendo superado a discussão sobre a remoção das comunidades localizadas na área reivindicada, passando por algumas tentativas de regularização fundiárias através de empresas privadas.

A comunidade Rio Negro está localizada sobre uma área de proteção ambiental (APA do Passaúna) próxima a represa do Passaúna. Algumas das residências da comunidade sofrem com constantes alagamentos em razão das chuvas e da proximidade com o leito do rio que perpassa a área.

Em razão de sua localização, o processo de regularização fundiária exige alguns procedimentos específicos no que diz respeito às áreas de vulnerabilidade ambiental, o que implica na realocação de alguns de seus moradores. Essas questões foram tratadas no bojo do processo judicial, que conta com o envolvimento da administração pública municipal. Recentemente foi elaborado novo acordo entre as partes para que os moradores em situação de maior risco devido a enchentes sejam realocados para áreas mais seguras e as demais sejam mantidas e devidamente regularizadas.

Considerando esse contexto o Instituto dialogou com os moradores, através da representante da associação de moradores anteriormente existente, no sentido de esclarecer a situação do processo e se colocar à disposição para intervenções necessárias no diálogo com os agentes envolvidos na regularização fundiária da comunidade e a realocação dos moradores em área de risco.

O Instituto vem atuando no caso a partir da perspectiva da regularização fundiária da comunidade e da realocação digna dos moradores em áreas de risco.

2.6

LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA

No decorrer dos anos de atuação judicial do Instituto, construímos um entendimento a respeito da necessidade de atuar judicialmente para além da defesa de direitos. Isso é, para além de defesas reativas, assumir a pró-atividade na construção de soluções e demandas judiciais.

Verificou-se a existência de muitas demandas coletivas que poderiam ser providas nas comunidades acompanhadas pelo Instituto, mas que estavam longe de ser efetivadas. Em sua grande maioria, são demandas de direitos sociais básicos e direitos humanos, que em muitos casos já deveriam ser garantidas e em outros ainda poderiam ser previstas pelo poder público.

Nesse contexto, **o litígio estratégico é um mecanismo para a defesa e promoção de direitos humanos, pelo**

qual é possível alcançar mudanças estruturais através de ações judiciais propostas a partir de casos concretos.

Essas ações devem ser pensadas com o objetivo de barrar retrocessos e assegurar direitos já previstos de modo a engajar o poder judiciário na discussão sobre garantias de direitos humanos básicos.

No ano de 2024 após a identificação de uma demanda das comunidade localizadas na Cidade Industrial de Curitiba e da análise jurídica sobre a viabilidade de sua judicialização, o Instituto ajuizou sua primeira ação civil pública buscando suspender a emissão de licenças para um aterro sanitário localizado na cidade que está funcionando irregularmente há mais de dez anos, gerando impactos socioambientais imensuráveis para a população e o meio ambiente.

2.6.1 Ação Civil Pública Essencis

Como já é de conhecimento geral, o aterro sanitário mantido pela empresa Solvi Essencis S.A na Cidade Industrial de Curitiba tem gerado incômodo para a população que reside nas suas redondezas, mas também para a cidade como um todo. A problemática do impacto socioambiental causado pela manutenção de aterros sanitários não é exclusiva de Curitiba e do Estado do Paraná. Por todo o Brasil cidades têm enfrentado essa questão e precisam com urgência adentrar no debate sobre o desenvolvimento e efetivação de alternativas para a deposição de resíduos sólidos.

Esse incômodo e impactos sofridos diretamente pelos moradores das ocupações Dona Cida, 29 de março, Nova Primavera e Tiradentes, representados através de suas associações, foi o principal motivador que levou o Instituto a elaborar o estudo sobre o funcionamento do aterro e posteriormente a ação civil pública sobre a qual passaremos a tratar neste tópico.

Para além dos relatos feitos pelos moradores das ocupações da CIC, a situação do aterro sanitário chamou a atenção de outras organizações atuantes em Curitiba. O Movimento Popular por Moradia, o Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, a Rede Curitiba Climática e o mandato do Deputado Goura Nataraj também expressaram suas preocupações com relação ao funcionamento do aterro sanitário.

O engajamento desses e outros atores, levou a criação de campanhas que realizaram diversas ações durante o ano para denunciar a irregularidade das operações do aterro sanitário e cobrar o poder público por providências.

Diante dessas articulações e a partir de Estudo realizado no ano de 2023 pelo Cidadania e Território sobre a situação do Aterro Sanitário, foi elaborada uma Ação Civil Pública com o objetivo de suspender a emissão de licenças de operação visando o cumprimento do prazo de encerramento das atividades do aterro pela empresa.

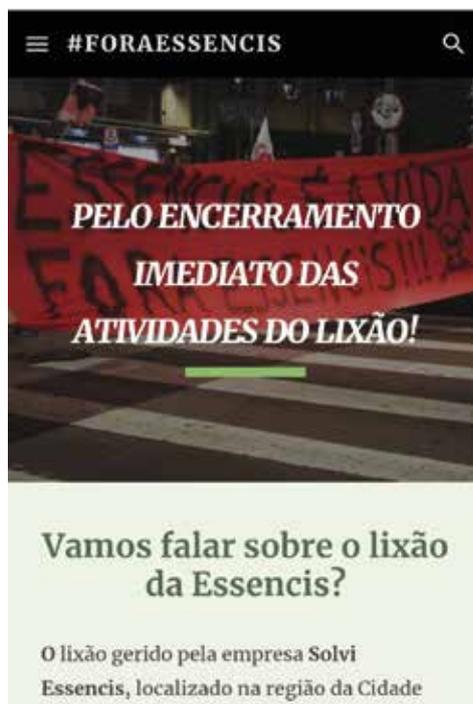


Essa ação está dentro do escopo de litigância estratégica do Instituto, cujo objetivo é promover mudanças estruturais coletivas que podem ser viabilizadas através do poder judiciário. A ação foi ajuizada em setembro de 2024, ao ser encaminhada para o juízo para decisão inicial foi determinado que a ação fosse julgada em conjunto com Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público em 2014 que também tem como causa de pedir a ilegalidade das atividades do aterro sanitário. Atualmente a ação ainda aguarda decisão inicial.

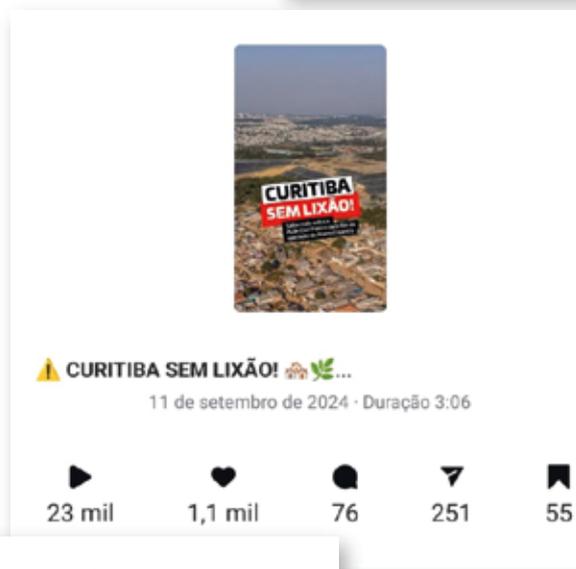
No momento de ajuizamento da ação, foi realizada em conjunto uma estratégia de comunicação em parceria com a Campanha Fora Essencis, que gerou a elaboração e divulgação de um vídeo e outros materiais explicativos sobre a situação do aterro sanitário da Essencis, mas também sobre as regulamentações existentes sobre aterros sanitários em geral e a necessidade de adequações nos procedimentos para deposição de resíduos sólidos nas cidades.



Veiculação na mídia
Artigo no jornal Brasil de Fato Paraná 11 setembro 2024



Campanha #ForaEssencis
www.foraessencis.com.br



Vídeo - Reels
Curitiba Sem Lixão
Produzido pelo IDP

@institutodemoraciapopular

2.7

INCIDÊNCIAS NO LEGISLATIVO

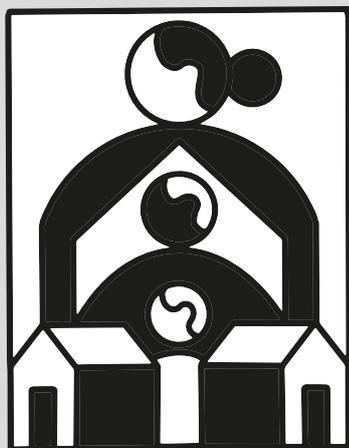
Também como parte do trabalho da assessoria jurídica popular, o Instituto Democracia Popular acompanha os projetos de Lei Estaduais e Municipais que tratam ou podem afetar diretamente nas suas áreas de atuação. No decorrer do ano de 2024 duas proposições foram extremamente preocupantes e debatidas nas redes de atuação das quais o Instituto participa.

A primeira delas diz respeito ao **projeto de lei estadual nº 186/2023**, que estabelece sanções administrativas a ocupantes de terras em meio urbano e rural no Estado. O Projeto apresenta inúmeras inconstitucionalidades, que inclusive dizem respeito à competência legislativa dos entes federados. Frente a isso, o Instituto, em parceria com a Terra de Direitos, elaborou parecer técnico para apresentação aos parlamentares, pleiteando para que as

questões apontadas fossem levadas em consideração no momento da votação.

Outra atuação nesse sentido diz respeito ao **PL estadual nº 662/2024** que trata da reestruturação normativa dos processos de licenciamento ambiental de atribuição estatal, de modo a estabelecer um regime jurídico geral para o licenciamento ambiental. Com relação a esse projeto o Instituto trabalhou em parceria com o EKOA, grupo de pesquisa e extensão socioambiental da Universidade Federal do Paraná, que elaborou parecer apontando as ilegalidades, enquanto o Instituto auxiliou nas articulações para que o parecer fosse levado em consideração.

3 PRO JE TOS



3.1

CIDADANIA & TERRITÓRIO

“O C&T”

Elaborado em 2019, o projeto Cidadania e Território (C&T) surgiu com o propósito de ser um curso itinerante a ser ofertado em comunidades marcadas pela insegurança jurídica da posse, ajustado às realidades locais e agregador de diferentes atores com presença nos territórios. O escopo fundamental do curso era então oferecer aportes de saberes técnicos e políticos como instrumental para fortalecimento das lutas associativas pela terra na cidade.

O projeto partiu do ponto de vista da assessoria jurídica popular, pela percepção da necessidade de qualificar a atuação nas comunidades por meio de processos de formação/educação popular para além da mera prestação de um serviço jurídico. A dinâmica das lutas locais, normalmente de viés jurídico, quer seja no conflito judicial ou nos processos de negociação com o poder público por melhorias locais, envolve frequentemente um saber técnico não apropriado pelas comunidades.

O Cidadania & Território visa antes de tudo, atender as demandas das comunidades e não criar demandas deslocadas, ao longo da sua prática o projeto foi se qualificando, incorporando, além do propósito formativo e instrumentalização de saberes técnicos pelas comunidades, a realização de ações e estudos técnicos estratégicos para as lutas das comunidades junto ao poder público.





PRÊMIO
PERIFERIA
VIVA 2024

Em 2024, **o Projeto Cidadania e Território do Instituto Democracia Popular, foi premiado na categoria Assessoria Técnica no prêmio “Periferia Viva”,** promovido pela Secretaria das Periferias, vinculada ao Ministério das Cidades. Classificado com a maior nota entre os projetos de assessoria da Região Sul do Brasil. Essa conquista reforça a importância do projeto, não só pelos efeitos práticos e diretos que temos logrado junto às comunidades, mas como um exemplo em questão de método, consistência e rede de colaboração.

O projeto engloba, assim, ações de formação vinculadas a agendas de melhorias das comunidades; elaboração de estudos técnicos visando à permanência e melhoria urbanística e ambiental das comunidades; ações de capacitação e assessoramento de lideranças comunitárias para lutas associativas e conta com um importante corpo de voluntários de várias áreas do conhecimento, essencial para a atuação interdisciplinar que o projeto propõe.

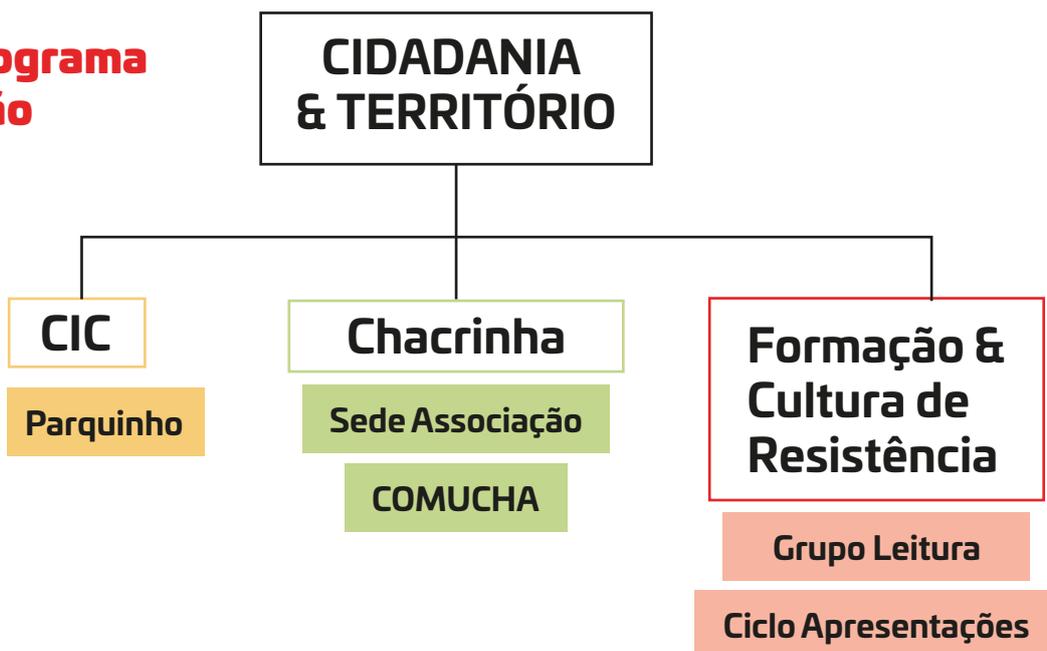
Hoje integram, colaboram e se relacionam com o projeto voluntários ligados à academia, aos movimentos sociais e sociedade de modo geral. Vale ressaltar a construção em colaboração com projetos de extensão, laboratórios, coletivos e grupos de estudos de universidades locais.

Em 2024, o projeto atuou em três frentes, de acordo com os territórios, são elas as ocupações localizadas no complexo da CIC e também a comunidade Chacrinha-Vila Esperança, no Alto Boqueirão. E uma terceira frente de atuação, o C&T Formação e Cultura de Resistência, proposta como um espaço transversal às atuações nos territórios, focada nos processos de formação tanto internos como junto às comunidades e a movimentos ou projetos sociais desenvolvidos por parceiros.

**Mapa
Atuação**



**Organograma
Atuação**



A partir da atuação do Instituto na assessoria jurídica popular das ocupações Nova Primavera, Tiradentes, 29 de março e Dona Cida, localizadas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), demandas que vão para além da assistência jurídica foram apresentadas pelos moradores.

Dentre as demandas, destacou-se a ausência de um espaço de lazer mais próximo da comunidade para os moradores usufruírem e a existência do aterro sanitário instalado ao lado das ocupações em razão do impacto em seu cotidiano.

3.1.1 Parquinho

Em 2023, em decorrência do trabalho de conclusão de curso de uma das voluntárias do projeto Cidadania e Território, foi realizado um mapeamento de demandas relacionadas à mobilidade e espaços públicos nas comunidades da CIC. Por meio de oficinas com moradores das ocupações Dona Cida e Tiradentes, foram identificadas demandas importantes, incluindo a necessidade de um espaço de lazer próximo às comunidades.

O diagnóstico revelou que as crianças brincam nas ruas por falta de opções, não há espaços adequados para encontros e convivência. Definida a intenção de construção do espaço, foi feito um levantamento entre as áreas comuns disponíveis nas comunidades. Entre elas se destacou o parquinho situado na Comunidade Dona Cida, em frente ao ponto de ônibus, junto a Estrada Velha do Barigui, principal via de acesso às comunidades. O parquinho estava inacabado, com infraestrutura provisória defasada, com cercamento de segurança e brinquedos quebrados, que ofereciam risco para as crianças.

Dessa forma, considerando a demanda apresentada pela comunidade, bem como a partir das opções de espaços livres para construção, a decisão coletiva foi pela realização de um parquinho. A partir de então, ainda em 2023, foram promovidas oficinas comunitárias para levantar demandas e definir o projeto arquitetônico, que previa brinquedos, uma área de convivência com mesas e cadeiras, e a construção de calçadas. O processo foi conduzido de forma participativa, garantindo o envolvimento da comunidade, especialmente de mães e crianças.

Em 2024, o projeto do parquinho se viabilizou a partir das seguintes etapas:

1º

Campanha de arrecadação de materiais e divulgação Do projeto:

A partir de parceria com a Academia Hype foi possível arrecadar quase a integralidade do valor necessário para a construção. Entre as iniciativas de arrecadação a Academia Hype em parceria com o Grupo Cena Hum realizaram no dia 24 de fevereiro, duas sessões da peça de Teatro "Doido Pra Voar" com parte do valor dos ingressos revertidos para a obra do parquinho Dona Cida. Os doadores também tinham a possibilidade de custear o ingresso de uma criança da comunidade, o que possibilitou a ida de 86 crianças moradoras da Dona Cida à peça, lotando uma das sessões.

2º

Mutirões Comunitários e Construção do Parquinho:

A obra do parquinho foi iniciada no mês de Abril, na realização de um primeiro mutirão envolvendo voluntários do projeto C&T, moradores e lideranças locais. A primeira ação foi para delimitação da área do parquinho, remoção e remanejamento da terra para a instalação do muro de arrimo. Após o mutirão, foram contratados mestre e ajudantes de obra para a construção do muro onde será instalada a cerca de proteção do parquinho. A partir de então,



com o surgimento de alguns imprevistos, foram necessárias algumas adequações no projeto, que estão sendo feitas pelo corpo de voluntários do C&T, alunos e professores da Engenharia Civil da UTFPR. Para a construção do parquinho foram contratados mestre de obras e ajudantes, moradores das comunidades Dona Cida.

PARQUINHO



3º

Mutirões de revitalização dos brinquedos:

No primeiro semestre a comunidade recebeu a doação de um conjunto de brinquedos de uma escola pública do município de Araucária. A triagem e restauração dos brinquedos foi realizada ao longo de diversas visitas e mutirões realizados pelo “Mutirão” projeto de extensão da UTFPR.



4º

Oficina de Grafite e Inauguração do Parquinho:

As obras do parquinho foram finalizadas como previsto, no início do mês de Outubro. Devido a uma sequência de dias chuvosos, a inauguração oficial ocorreu no mês de Novembro, junto a realização de uma Oficina de Grafite, ministrada pelo artista Vato, morador da Dona Cida.



O parquinho “Izabelly Alexandra Mariano” teve esse nome escolhido pela comunidade como forma de homenagear Izabelly, criança moradora da comunidade que foi assassinada brutalmente em 2023. A escolha do nome, demonstra uma forma de enfrentamento da comunidade à violência contra às crianças, trazendo luz a memória de Izabelly, representando um local de encontro, alegria e diversão.

C&T CHA CRI NHA

Através do projeto Cidadania e Território, vem realizando ações que conferem aporte técnico de outras áreas do conhecimento. Em 2024, foram realizadas as seguintes ações do C&T no Chacrinha:



3.1.2 SEDE ASSOCIAÇÃO

Desde 2022, o Instituto estabelece parceria com o curso de engenharia civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para atuação na comunidade Chacrinha - Vila Esperança, e em 2023 foi formalizado o projeto de extensão “Meios de Divulgação para Tecnologias Sociais Sustentáveis para Habitação - Caso da Comunidade Chacrinha - Alto Boqueirão”, coordenado pelo professor Dr. Alfredo Iarozinski Neto.

Através desse projeto, vinha-se discutindo a possibilidade de viabilizar a construção de uma sede para a associação de moradores com a realização de reuniões organizativas e uma primeira oficina de apresentação de propostas de técnicas construtivas sustentáveis. A partir dessas atividades foi elaborado um projeto que foi aprovado pelos moradores para dar início a execução dos trabalhos.

O início das atividades no terreno da sede estava previsto para agosto de 2024 com um mutirão de limpeza e demarcação do perímetro do local da obra. Ocorre que, no momento de realização dessa atividade verificou-se uma inviabilidade de utilização da área selecionada para realização da construção.

Devido a inadequação do terreno, a construção da sede da associação teve que ser cancelada. Apesar disso, verificou-se a possibilidade de realização de melhorias na casa da liderança comunitária da comunidade com o objetivo de comportar as reuniões da associação de moradores e proporcionar um espaço de convívio e realização de outras atividades.

O Instituto arcou com os custos dessas melhorias, tendo sido realizadas em dezembro de 2024, o que viabilizou a inauguração do sistema compartilhado de bicicletas do projeto Nossa Bici.

3.1.3 COMUCHA

O **Plano Comunitário de Mobilidade Urbana do Chacrinha - Vila Esperança** (COMUCHA) é um projeto de co-criação de soluções para as dificuldades de acesso à cidade vividas pelas 65 famílias que vivem na comunidade.

Focado em conhecer e buscar soluções de mobilidade para a comunidade, moradores, estudantes e professores de arquitetura, engenharia, planejamento urbano, a equipe do IDP e outros voluntários estão desenvolvendo o COMUCHA.

Em 2024, em paralelo às ações do projeto NOSSA BICI, o COMUCHA realizou duas ações:

> **Pesquisa de Perfil de Mobilidade da Chacrinha - Vila Esperança;**

Feita em modelo domiciliar, entrevistas de porta a porta, a pesquisa tinha como objetivo conhecer os deslocamentos da comunidade. Com perguntas sobre os meios de locomoção de cada residência e sobre os deslocamentos realizados pelos moradores da casa. Seja para trabalho, educação, saúde, compras e outros, os horários, meios de locomoção e desafios encontrados no trajeto.

Um dos resultados da pesquisa relevantes ao projeto Nossa Bici é a participação do uso da bicicleta entre os diferentes modais (a pé, motocicleta, transporte público e carro) sendo o segundo mais utilizado, em 29,3% dos deslocamentos, ficando atrás apenas do uso do carro e carona que somam 38% das viagens realizadas. Outro dado importante para o projeto são os trajetos feitos a pé, que totalizam 24% das viagens, acreditamos que o sistema de bicicletas comunitárias possa ser um incentivo para a adoção do uso da bicicleta por quem caminha. Pois entre as principais dificuldades encontradas pelos moradores é o longo trajeto da comunidade até os destinos de suas viagens.

> **Cartografia Social - Oficina de Mapeamento Coletivo com as crianças da Comunidade.**



3.1.4

C&T FORMAÇÃO E CULTURA DE RESISTÊNCIA

O núcleo de Formação e Cultura do projeto está voltando a processos formativos e capacitação em metodologias e experiências de educação e organização popular e desde sua criação vem se dedicando a temas como a economia solidária, cooperativismo e pedagogia popular.

Grupo de Leitura: Pedagogia da Autonomia

Ao longo de 2024, integrantes do C&T Formação e Cultura de Resistência, leram e discutiram em grupo a obra “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire. A escolha do livro se deu pelo grupo identificar a necessidade de uma formação interna antes de desenhar processos formativos junto às comunidades. Pedagogia da Autonomia trouxe princípios fundamentais de ideia e prática da pedagogia freiriana.

Apresentação Rede Mandala

Em abril de 2024, a equipe de Formação e Cultura de Resistência do projeto Cidadania & Território contou com a presença ilustre do Luiz e do Cassiano, integrantes do Coletivo Utopia, para apresentarem o propósito e modelo de organização da Rede Mandala, referência estadual em Economia Solidária.

A troca de experiências foi muito importante para debatermos os modelos de resistência frente ao sistema opressor. Guiados pela autogestão e fortalecimento da relação campo-cidade, a rede mandala integra diversas iniciativas, como as 14 padarias comunitárias de Curitiba e Região.

Rede Padarias Comunitárias

Em setembro de 2024 a Rede de Padarias Comunitárias se apresentou no IDP. A apresentação fez parte de um circuito de encontros promovidos pelo núcleo Formação e Cultura de resistência do nosso projeto Cidadania & Território. A proposta da atividade foi apresentar mais uma frente de economia solidária vigentes aqui na cidade, com o intuito de desenhar conexões com as comunidades que o Instituto atua.

A forma como se organizam as mulheres, nas mais de 15 padarias comunitárias aqui da cidade, e as mudanças que a atuação delas promove na vida de cada uma, é inspiradora. Para além da renda complementar que os produtos que elas produzem gera, os laços de amizade e de superação de diversos problemas que a falta de perspectiva gera, são comprovação de que um modelo de trabalho não exploratório, colaborativo e autônomo é possível.



Participação Popular e Economia Solidária

A frente “Formação e Cultura de Resistência” do projeto Cidadania & Território recebeu no início de outubro, a professora Maria Luísa Carvalho (UTFPR) para debater o tema Participação Popular e Economia Solidária. Ele é membro da TECSOL - Incubadora de Economia Solidária da UTFPR.

A professora apresentou ao grupo as diversas formas de atuação e desenvolvimento da Economia Solidária localmente e nacionalmente. Também sobre o contexto, desafios e horizontes para uma economia que preza pela autogestão e fortalecimento comunitário.

Núcleo de Formação e Cultura do Projeto Cidadania & Território convida para a apresentação:

PARTICIPAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDARIA

POR MARIA LUÍSA CARVALHO

04
OUTUBRO

Das 17h às 18h
No IDP

R. Almirante Gonçalves, 2100
Rebouças, Curitiba/PR

CIDADANIA E TERRITÓRIO

DEMOCRACIA POPULAR



3.2

NOSSA BICI

O projeto Nossa Bici - Sistema de bicicletas comunitárias busca oferecer às comunidades atendidas pelo Instituto Democracia Popular (IDP) uma solução prática e acessível para os desafios de mobilidade cotidiana. A implementação do sistema nessas áreas facilitará os deslocamentos diários, assim como promover autonomia, sustentabilidade e conexão comunitária. Em regiões onde o transporte público é limitado e caro, essa iniciativa é essencial para assegurar que os moradores tenham acesso mais rápido a serviços, trabalho e educação, fortalecendo o vínculo social e a inclusão econômica local.

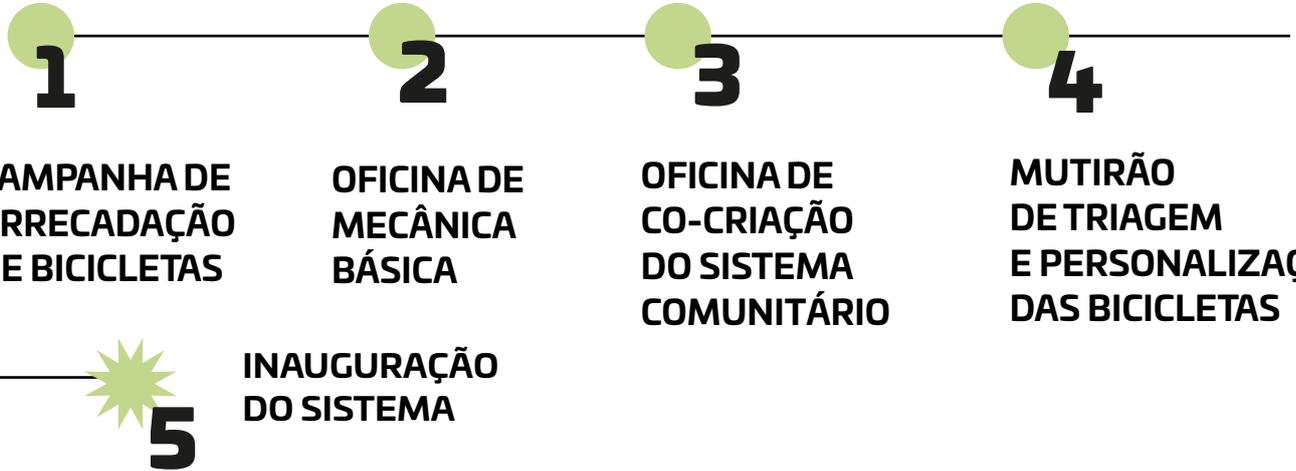
O projeto piloto do Nossa Bici está sendo implementado na comunidade da Chacrinha (Vila Esperança), onde a bicicleta é utilizada em 27% dos deslocamentos feitos pelos moradores, praticamente 15 vezes maior que os números da cidade como um todo, onde a bicicleta é escolhida por aproximadamente por apenas 2% das pessoas entrevistadas (IPPU, 2017). Esses números enfatizam a importância da ciclomobilidade para a comunidade.



O IDP já vem a tempos atuando junto ao poder público para garantir transporte escolar, energia elétrica e outros direitos na Chacrinha. Acreditamos na ciclomobilidade e no Nossa Bici como uma solução rápida, sustentável e comunitária para iniciar as melhorias de acesso da comunidade.

O projeto Nossa Bici foi concebido a partir do Edital 01/2024 e a experiência piloto foi financiada pelo Fundo Diocesano de Solidariedade da Arquidiocese de Curitiba, com o valor de 20 mil reais. O edital tinha como temática “Fraternidade e Amizade Social”, com a intenção de instigar a reflexão sobre a acolhida, a compaixão e a construção de uma comunidade fundamentada na empatia. Nesse sentido o IDP acreditou no compartilhamento das bicicletas como um elo de integração da comunidade na superação dos desafios cotidianos.

O projeto aconteceu em 5 etapas.



1º CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO

A campanha foi lançada no dia 29 de agosto pelas redes sociais e grupos de whatsapp do Instituto Democracia Popular. Através de um formulário as pessoas preenchem seu nome, contato, o que gostaria de doar (bicicleta, acessórios, ferramentas, peças), o estado da bicicleta (em condição de uso ou danificada), se possuía ou não condição de levar até um ponto de coleta, caso não pudesse levar há um campo para escrever o endereço de retirada, e um espaço para comentários.

Após alguns dias de campanha, figuras públicas como o deputado Goura, a escritora Giovana Madalosso, e a recém eleita vereadora professora Ângela foram figuras cruciais para a propagação das doações. Através de



compartilhamento nas suas respectivas redes sociais em suas redes de vídeos em apoio ao projeto, e os resultados foram perceptíveis. Houveram aumentos consideráveis no número de doações, ultrapassando a meta de 15 bicicletas.

2º

**OFICINA
MECÂNICA**

A proposta da oficina de mecânica básica de bicicletas é proporcionar junto a comunidade um espaço de formação prática e ao mesmo tempo realizar o conserto e manutenção básica das bicicletas já existentes na comunidade.

Participaram da oficina crianças e jovens da comunidade e foram consertadas mais de 7 bicicletas no dia.

Além do conserto das bicicletas, a oficina foi um momento importante para o projeto se aprofundar mais na relação da comunidade com as bicicletas. Pessoas de todas as idades pedalam, tanto por uma questão de necessidade - em muitos casos o único meio de transporte - como para a diversão. Assim que as bicicletas voltaram a funcionar, as crianças saíram pedalando, brincando - apostando corridas ou fazendo manobras.

Outro ponto importante, resultado da oficina, foi a evidência da necessidade de um kit de ferramentas básico comunitário. Muitos dos consertos feitos se tratavam de coisas simples como ajuste de um parafuso ou calibragem dos pneus.



A Oficina ocorreu no sábado 28 de Setembro de 2024, entre às 14h30 e 17h, encerrada com um café da tarde em clima de confraternização. Circulou pela atividade em torno de 40 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, moradores da comunidade, visitantes, integrantes e voluntários do projeto Nossa Bici.



3º

OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA E CO-CRIAÇÃO DO SISTEMA



A Oficina de Mobilidade e Co-criação do Sistema Comunitário de Bicicletas da Chacrinha ocorreu no sábado 26 de outubro de 2024, em três momentos:

Oficina de Mobilidade e mapeamento comunitário

Em conjunto com o GET - Grupo de Estudos em Transporte da UFPR - foi realizado um mapeamento participativo com crianças e adolescentes que caminharam junto aos estudantes voluntários, relatando a relação que cada um tem com o espaço, com perguntas como: Qual o caminho para sua escola? Onde brincam? Onde não se sente seguro? E então, após a caminhada, cada criança escolheu um local para criar proposta “antes e depois”, e através do desenho representar como é e como gostaria que fosse um dos locais da comunidade.

Co-criação do sistema de comunitário

Em paralelo a oficina de mobilidade, a equipe do Nossa Bici juntamente a liderança e outras moradoras da comunidade, conversaram e co-criaram o funcionamento do sistema comunitário de bicicletas. Definindo questões como: Quem poderá fazer empréstimo das bicicletas? Como, Onde, Por Quanto tempo e com que requisitos se fará o empréstimo? O espaço foi bastante produtivo e um primeiro modelo de compartilhamento foi definido para ser testado na implantação do sistema.

Apresentação e validação pesquisa origem destino

Ao fim da tarde de atividades, junto ao café da tarde, foi apresentado para a comunidade os resultados da pesquisa de Perfil de Mobilidade COMUCHA, com o intuito de validar as informações coletadas com a sensação vivida pela comunidade, assim como trazer pontos para debate coletivo sobre situações relatadas por moradores no questionário da pesquisa.

4º

MUTIRÃO DE TRIAGEM E PERSONALIZAÇÃO DAS BICICLETA



No dia 02 de novembro ocorreu o mutirão para triagem das bicicletas arrecadadas na etapa 1 do projeto. O objetivo era a desmontagem das bicicletas, verificação das peças necessárias para melhoria de cada uma, e o lixamento dos quadros para que sejam mandadas para a pintura e personalização. Ao total, vinte e três pessoas participaram do mutirão, entre elas: voluntários do projeto, pessoas que doaram bicicletas, moradores da Chacrinha e integrantes dos grupos de ciclistas e cicloativistas da cidade de Curitiba. O espaço foi um importante momento de convivência e trocas de experiências entre os participantes.



5º

**ACABAMENTOS
E LANÇAMENTO
NOSSA BICI**

Elaboração das interfaces do sistema

A equipe do Nossa Bici elaborou protótipos do que serão: termo de adesão e regras do sistema; Carteirinha de integrante do sistema; Ficha de empréstimo das bicicletas. Assim como outros objetos e materiais necessários para a operação do sistema. No sábado 23 de novembro de 2024, foi feita uma reunião com a comunidade para validar os materiais e assim produzi-los para a inauguração.

Customização das Bicicletas

Após a triagem das bicicletas, a empresa contratada para fazer a manutenção das mesmas está realizando a customização das bicicletas, que devem ser entregues com a mesma cor, adesivadas com a identidade do sistema.

Construção do Espaço Nossa Bici

Está sendo construído um local na comunidade para ser utilizado como bicicletário e oficina mecânica do sistema.

O sistema Nossa Bici Chacrinha foi lançado no dia 07 de dezembro de 2024. Parceiros, doadores e apoiadores do projeto estiveram presentes.



4

**FÓRUNS
E ARTICULAÇÕES**

4.1

CAMPANHA DESPEJO ZERO

A Campanha Nacional Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade, lançada no mês de junho de 2020 por movimentos e organizações sociais, foi responsável por auxiliar dezenas de famílias pelo país durante a pandemia de coronavírus. No Paraná, a iniciativa envolveu ocupações do campo e da cidade para reivindicar o fim dos despejos forçados e a regularização fundiária das áreas.

Como forma de dialogar com o Poder Público acerca das pautas das comunidades, foram realizadas diversas reuniões de negociação com autoridades das mais diversas instâncias como TJ-PR, MP-PR, DPE, parlamentares e representantes dos poderes executivo municipal e estadual. As reuniões foram acompanhadas por marchas de caráter massivo com presença de moradores das 21 (vinte e uma) ocupações urbanas de Curitiba e Região, e 90 (noventa) acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Instituto Democracia Popular contribuiu para a redação e organização das pautas apresentadas para as autoridades, bem como na organização e repasses para as



comunidades assessoradas. No início de 2024 foi dada sequência a realização de audiências públicas periódicas com o objetivo de fortalecer a reivindicação pelo Despejo Zero, e buscar maior comprometimento por parte das autoridades do Poder Público com a pauta. Além das audiências públicas, a campanha manteve um cronograma de reuniões internas para discutir demandas urgentes de ocupações no Estado.



4.2

ARTICULAÇÃO MOBILIDADE POPULAR



A Articulação Mobilidade Popular surgiu como espaço de encontro de agendas em torno da mobilidade urbana em sua diversidade, em especial de ativistas da ciclomobilidade e de pesquisadores e militantes pelo transporte público coletivo e da tarifa zero.

Em 2024, a AMP integrou a diversas ações:

- > Articulação Ato Unificado #JulietaPresente;
- > Participação no Fórum "Os transportes no Feminino" em Portugal.
- > Apresentação "O contexto político da PEC 25: diagnósticos e propostas do Sistema Único de Mobilidade" no evento "Conversas à Sexta" - Portugal".
- > Pedala Marinas e Julietas;
- > Participação do Pedal Popular na retomada das Massa Crítica;
- > Parceria na realização da Semana do Caminhar;

> Articulação do 1º Pedal Climático 2024;

> Participação no Alleycat LaLa Schneider com a palestra "Ocupe a Rua";

> Participação Seminário Mobilidade Urbana em Curitiba - Câmara Municipal de Curitiba;

> Publicação do artigo "Observatório das Metrôpoles | Como reverter o círculo vicioso de um transporte público sem público?" no jornal Brasil de Fato;

> Apresentação de artigo sobre ciclomobilidade e mudança de comportamento - Universidade de Valparaíso, Chile.

> Integrou Mobilização contra o PL da Multa para Ciclistas

> Ministrou a Oficina Mobilidade em Jogo: O jogo da Cidade

> Participação e apresentação de projetos no Seminário Paraná Bici de Ciclomobilidade e Cicloturismo

4.3

REDE NACIONAL DE ADVOGADOS POPULARES (RENAP)

A Rede Nacional de Advogados Populares é um espaço de referência para a advocacia popular, no campo da formação técnica, política e trocas de experiências. Nos últimos anos, a rede articulou-se localmente em especial em relação ao debate da moradia, em conjunto com a articulação Despejo Zero, no sentido de demandar do poder público um fluxo de atendimento nos casos de despejos e de ocupações recentes, que aumentaram de forma expressiva na pandemia.

Em dezembro de 2024 o Instituto Democracia Popular esteve presente no 28º Encontro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares em Guararema, São Paulo, na Escola Nacional Florestan Fernandes. O encontro reuniu advogados populares de todo o país para discussão de pautas urgentes para os movimentos sociais, como os conflitos fundiários, raça/classe/gênero. O encontro reuniu representantes de cerca de 18 estados do país. Os principais temas tratados giraram em torno do contexto político atual e das dificuldades enfrentadas pela advocacia popular na garantia de direitos em suas diferentes esferas de atuação. O Instituto segue acompanhando as

reuniões organizadas pelo núcleo nacional da RENAP para dar sequência em sua participação no próximo encontro de articuladores e no encontro nacional a ser realizado no segundo semestre de 2025, tendo como indicativo de sede Salvador, Bahia.



5

**CAMPANHAS
& AÇÕES**



5.1 APOIO À FRENTE DE AMBULANTES LIVRES

Nos meses de Janeiro e Fevereiro, o IDP apoiou o movimento de Ambulantes que haviam sido impedidos de trabalhar durante o pré-carnaval de Curitiba. O IDP endossou a defesa dos direitos destes trabalhadores, contribuindo na definição e articulação da estratégia da defesa e acompanhamento do processo junto à Defensoria Pública, Ministério Público e Mandatos apoiadores da causa.

5.2 JORNADA LATINOAMERICANA E CARIBENHA DE INTEGRAÇÃO DOS POVOS



O Instituto Democracia Popular participou da Jornada Latinoamericana e Caribenha de Integração dos Povos, realizada em Foz do Iguaçu entre os dias 22 e 23 de Fevereiro. O evento reuniu mais de 2 mil pessoas de 15 países, em torno do desafio de união das lutas populares do nosso continente. O espaço proporcionou muitas trocas de experiência, assim como o fortalecimento da rede e colaboração entre causas e iniciativas.

5.3

MARÇO: MÊS DE LUTA PELO DIREITO DAS MULHERES



Durante o mês de Março além de participar e somar na divulgação de atos pela vida e direito das mulheres, o IDP promoveu as seguintes ações:

5.3.1 Pedala Marinas e Julietas

Nos primeiros dias de 2024 a comunidade de ciclistas, cicloviantes, palhaceiras e bonequeiras foi abalada com a notícia do assassinado de Julieta Hernández, venezuelana que levava sua arte a todos os cantos do Brasil viajando de bicicleta. No mês de luta das mulheres, o IDP organizou em parceria com diversas entidades, o "PEDALA MARINAS E JULIETAS" em homenagem a não só Julieta, mas também Marina Harkot, socióloga pesquisadora de gênero e direito à cidade, atropelada e morta em 2019 por um motorista que fugiu sem prestar socorro.

A ação se dividiu em três momentos: Concentração com Palco Aberto e Bicibloco. Pedalada por pontos históricos e relevantes sobre a luta das mulheres no centro de Curitiba Apresentação da Bloca Ela Pode Ela Vai





5.3.2 Oficina de Defesa Pessoal

Ministrada pela professora Nabylla Fiori, a Oficina de Defesa Pessoal envolveu mulheres das comunidades Dona Cida, 29 de Março e Tiradentes (da CIC), a exercitarem o corpo e reflexões sobre a violência contra mulheres e formas de se fortalecerem diante delas.



5.3.3 Transformar a política e mudar a cidade com elas

Em meio a um ano de eleições municipais, o IDP promoveu a segunda edição do evento, que consiste em uma roda de conversa com pré-candidatas à câmara municipal de Curitiba, como forma de visibilizar candidaturas comprometidas com o feminismo. O evento foi transmitido ao vivo e está disponível no instagram do IDP.

Três das participantes da roda de conversa foram eleitas vereadoras na eleição de 2024.





No mês de Março, O Instituto Democracia Popular uniu forças com a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) para discutir a aproximação do Ministério Público com a população e comunidades, explorando novas perspectivas para um sistema de justiça mais inclusivo. Participaram do debate: o promotor de justiça Alexey Choi Caruncho do Ministério Público do Paraná, a professora do curso de Direito da PUC/PR Cláudia Barbosa, a advogada e militante do MST Josiane Grossklaus e advogada popular Valéria Fiori representando o Instituto Democracia Popular

5.4 MINISTÉRIO PÚBLICO: DEMOCRACIA E SOCIEDADE EM PERSPECTIVA CRÍTICA

5.5 LANÇAMENTO CARTILHA OCUPE AS RUAS

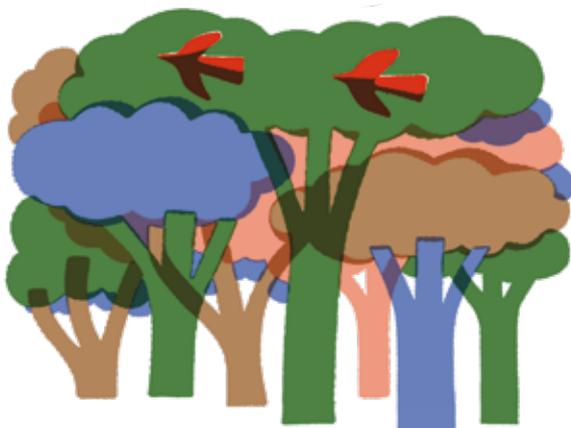
Em Abril, foi lançada a Cartilha Ocupe as Ruas, iniciativa do mandato do deputado estadual Goura, com a qual o IDP colaborou para a elaboração do conteúdo. A cartilha busca incentivar a ocupação criativa do espaço público, com informações sobre como organizar em Curitiba eventos de pequeno porte, o que fazer para abrir uma rua, como plantar árvores e cultivar hortas urbanas, entre outras dicas práticas.





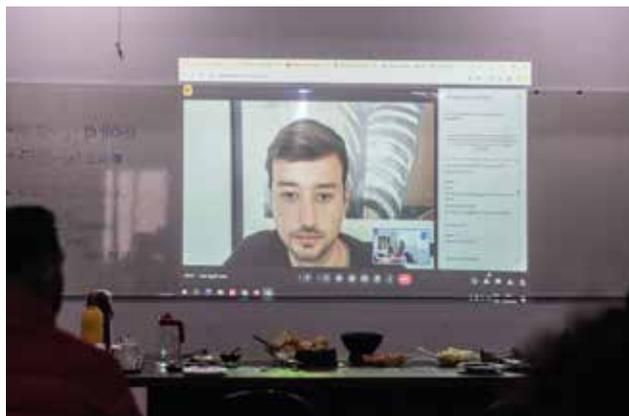
5.6 DEBATE SOBRE POLÍTICAS HABITACIONAIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

No mês de maio, o IDP promoveu o debate sobre as políticas habitacionais e regularização fundiária em Curitiba, visto que a cidade tem mais de 320 ocupações irregulares em déficit de 90 mil moradias. Participaram do debate: a advogada popular Julia M. Bonnet, como representante do Instituto Democracia Popular tratando do tema “Conflitos fundiários, despejos coletivos e o papel do município”; José Cavalcanti integrante do Fundo MAIS, trazendo a temática “Soluções para moradia popular no centro de Curitiba”; o professor da FAE, arquiteto e urbanista Alexandre Pedrozo, que tratou do tema “Regularização fundiária e o papel da Cohab”; e Chrysantho Figueiredo, representante do Movimento Popular por Moradia do Paraná colocando em perspectiva o tema “Moradia e políticas públicas de fortalecimento dos movimentos sociais”.



5.7 CARTA DE CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL DE CURITIBA

Em Junho, mês marcado pelo dia mundial do meio ambiente, o IDP lançou uma carta de contribuições para a política socioambiental de Curitiba, pontuando 10 indicativos para o enfrentamento à crise ambiental em nossa cidade. O documento está disponível no site do IDP, e será utilizado como norteador de futuras articulações e ações do instituto, ele foi elaborado a partir de atividade realizada em comemoração aos 10 anos de Instituto, que contou com a participação de diferentes agentes com perspectiva de atuação com relação a política socioambiental da cidade de Curitiba.



5.8 OFICINA SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA COM COMUNIDADES

A oficina aconteceu na terça, 25 de Junho, ministrada por Beatriz e David Ramos, integrantes da equipe URBINAT da cidade do Porto - Portugal. A convite do Instituto Democracia Popular e mandato do deputado estadual Goura.

Durante a oficina tomamos conhecimento das metodologias, etapas, desafios e resultados do Projeto Corredor Saudável do Porto, realizado entre 2018 e 2023. O projeto do URBiNAT tinha como objetivo envolver os cidadãos locais para criar em conjunto um Corredor Saudável integrando os bairros do Cerco, Falcão, Lagarteiro e outros bairros da região.

A intenção da oficina era de formação interna visando a estruturação de possíveis projetos de planejamento territorial comunitário na região sul de Curitiba. Tendo como premissa o envolvimento das comunidades locais, na oficina esteve presente o Professor Everton, ambientalista e diretor da escola estadual da regional do Alto Boqueirão.

A troca de experiências realizadas na oficina foi de extrema importância, tanto para conhecermos o que foi feito em Portugal, como para potencializarmos iniciativas já realizadas pelo IDP.

5.9

SEU VIZINHO PODE SER UM ATERRO SANITÁRIO

Depois do ajuizamento da Ação Civil Pública contra a manutenção do Aterro Sanitário gerido pela empresa Solví Essencis S.A, passou a ser discutido na seara do Conselho Estadual do Meio Ambiente a revisão do distanciamento de aterros sanitários de centros urbanos (Resolução CEMA 94/2014). A proposta de alteração da referida resolução reduzia o perímetro de 1500m para apenas 500m.

A proximidade dos aterros sanitários dos centros urbanos tem sido pauta de discussão por todo o país devido ao grande impacto socioambiental causado por esse tipo de empreendimento. Sendo, inclusive, um dos pontos aventados na Ação Civil Pública mencionada anteriormente.

Devido a preocupação gerada pela possibilidade de alteração da Resolução, o Instituto deu início a campanha "Seu vizinho pode ser um aterro sanitário". A campanha visava conscientizar o maior número de pessoas possíveis a respeito da tramitação da alteração da resolução no Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Essa movimentação auxiliou na presença expressiva de integrantes da sociedade civil na reunião seguinte do conselho que pretendia aprovar a alteração da resolução.

O Instituto participou dessa reunião e deixou sua contribuição para o debate destacando as consequências imensuráveis que poderiam ser trazidas para a população das cidades.

A proposta de alteração da resolução foi tema da 108ª Reunião Ordinária do CEMA, mas a pauta foi adiada e deverá ser incluída na 109ª Reunião Ordinária. A repercussão da última reunião traz esperança de maior participação social no próximo plenário, mas é importante destacar que o CEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) ainda não incluiu as comunidades afetadas na discussão.



5.9.1 Roda de Conversa: Alteração da Resolução CEMA 94-2014

Em decorrência das discussões realizadas pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Instituto Democracia Popular, o grupo EKOA e o PET-Direito UFPR, com apoio da campanha Fora Essencis, promoveram evento público para discutir com a sociedade civil a proposta de alteração da Resolução CEMA 94/2014.

A Roda de Conversa aconteceu no dia 9 de outubro de 2024, e contou com a participação de Diego Torres, presidente da Associação Moradias Sabará; Julia Bonnet, advogada do IDP; e Ana Flávia Locateli Godoi, professora do curso de Engenharia Ambiental da UFPR. Os participantes ainda ouviram uma importante manifestação da campanha Fora Essencis, com a leitura de uma carta compromisso que expressa a urgência dessa discussão.

As pontuais observações técnicas dos professores e advogados presentes foram complementadas pelos relatos pessoais dos mais afetados pelo lixão da Essencis. Os duros relatos do despejo dos moradores da Tiradentes II e da vivência ao lado do lixão trouxeram humanidade ao debate de uma alteração na legislação ambiental.



Em conclusão, foi ponto comum entre todas as intervenções do evento que a alteração da Resolução nº 94 pretende, na realidade, autorizar o funcionamento de aterros sanitários que já estão irregulares, entendimento reforçado pela falta de transparência e participação social dentro do órgão ambiental. O resultado será o agravamento das condições de vida dentro dos núcleos habitacionais próximos a aterros e a continuidade da destruição do meio ambiente em tempos de emergência climática.

5.10 CineClube Colônia Cecília: Um Sonho Anarquista



Em outubro exibimos o novo documentário do diretor brasileiro Carlos Pronzato, dedicado a revisitar a história da Colônia Cecília, um evento pouco conhecido que evidenciou – a partir da proposta do anarquista Giovanni Rossi – o desejo de construir, em 1890, no Brasil, uma comunidade igualitária na qual se tentaria não apenas um experimento de propriedade coletiva de bens, mas também uma experiência de comunidade “total” baseada no amor livre e na abolição da família monogâmica.

O documentário de Pronzato refaz os estágios desse evento, interrogando descendentes, estudiosos e punks, fornecendo uma nova chave de interpretação, desmontando mitos e lendas para chegar às verdadeiras razões da conclusão dessa experiência.

A atividade contou com a exibição de documentário e depois uma roda de conversa entre os participantes.

5.11 Visita Técnica JICA Japão



Em dezembro de 2024, recebemos a visita de consultores da JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão no Instituto Democracia Popular. A visita foi motivada pela intenção da consultoria japonesa de conhecer as demandas de moradia populares e visão de organizações da sociedade civil sobre as políticas habitacionais e de regularização fundiária em Curitiba. Após uma sequência de reuniões com o setor público - Prefeitura, Ippuc, Cohab, Cohapar - os consultores tiveram a oportunidade de ouvir sobre a situação da moradia em Curitiba a partir da perspectiva da atuação do IDP junto às comunidades em situação de vulnerabilidade social.

5.12 Contrapartida Social em Projetos Culturais



As contrapartidas sociais de projetos culturais são ações oferecidas pelos proponentes de projetos em troca de apoio financeiro para sua realização. Essas ações foram previstas em leis e editais culturais como uma forma de disseminar o acesso da população aos bens culturais produzidos ou relacionados ao projeto apresentado.

A Bloca “As Extraordinárias” venceu edital publicado pela Fundação Cultural de Curitiba que previa verba para a iniciativa e também a participação no desfile das escolas de carnaval de Curitiba durante o feriado de Carnaval de 2024. Para todo projeto aprovado é obrigatória a realização de uma contrapartida social para a sociedade. As Extraordinárias, em parceria com o Instituto escolheram fazer uma atividade na Ocupação Dona Cida, localizada na Cidade Industrial de Curitiba.



Essa atividade foi uma oficina de iniciação de toques e ritmos do Carnaval direcionada às crianças da comunidade. Ela foi realizada em fevereiro de 2024 buscando também promover a descentralização das ações culturais. Membras da bloca foram até o centro de esportes da comunidade com seus instrumentos de batuque e realizaram dinâmicas musicais com as crianças interessadas.

6

APOIADORES

Desde sua fundação o Instituto Democracia Popular tem como mantenedor o escritório Filippetto Advogados. As atividades do instituto e seus projetos contam também com a doação recorrente do escritório Nuredin Advogados Associados, assim como doações esporádicas de outros apoiadores, sejam doações pontuais - específicas de cada projeto, como no caso da doação feita pela Academia Hype para a construção do Parquinho das comunidades da CIC - ou doações diretas via chave PIX do IDP.

